

A indústria de transformação na Bahia: características gerais e mudanças estruturais recentes¹

Simone Uderman*

Resumo

O presente artigo tem como principais objetivos identificar as características gerais da indústria de transformação na Bahia e analisar o processo de evolução desse segmento ao longo dos últimos anos. Após descrever de maneira sintética a consolidação da estrutura industrial vigente em meados da década de 1990, procura-se discutir, fazendo uso das estatísticas oficiais disponíveis, as principais mudanças ocorridas no período 1996/2002 e prover algumas informações acerca de movimentos relevantes observados a partir de então. O trabalho levanta hipóteses explicativas para o comportamento e as perspectivas de alguns segmentos industriais, lançando mão de informações referentes às estratégias de atração de indústrias implementadas pelo setor público na Bahia e aos investimentos realizados e previstos. Além disso, compara a trajetória recente da indústria de transformação da Bahia com o padrão observado no conjunto da região Nordeste e em alguns estados desse território. Conclui-se que a indústria de transformação na Bahia, beneficiando-se de importantes investimentos realizados na última década, inicia um leve movimento de desconcentração setorial que, todavia, não se faz acompanhar por uma redução do grau de intensidade do capital de suas unidades produtivas.

Palavras-chave: Economia Baiana. Indústria de Transformação. Desenvolvimento Regional.

Abstract

The aim of this paper is to describe the most important features and to investigate recent trends in the manufacturing industry of Bahia. After a brief description of the industrial historical trajectory and the industrial structure established in the mid-1990s, we focus on important changes that took place between 1996 and 2002, making use of official statistics. We also formulate some hypothesis to explain sectorial trends, using information about the incentives packages offered at the State level and the investments that had been made or are estimated for the subsequent years. Besides, the paper compares Bahia, the Northeast region and some states within this area. The conclusion is that the manufacturing industry in Bahia is reducing its sectorial concentration, but not the capital intensive level of its productive units.

¹ A autora agradece a Luiz Ricardo Cavalcante e a Vladson Menezes pelos comentários e sugestões.

* Economista, Doutoranda em Administração no Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia (NPGA/UFBA), Professora da Universidade do Estado da Bahia – UNEB e Assessora Técnico-Econômica da Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia. E-mail: simone@desenbahia.ba.gov.br

Introdução

Ao longo da última década, a economia baiana tem apresentado um desempenho positivo, alcançando resultados superiores aos registrados para o conjunto do país. De acordo com dados divulgados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o estado conseguiu aumentar a sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro de 4,2%, em 1996, para 4,6%, em 2002. Ao longo desse período, enquanto o PIB do país cresceu a uma taxa acumulada de 12,3%, que equivale a um índice médio de expansão anual de cerca de 2,0%, a economia baiana cresceu aproximadamente 17,6%, taxa correspondente a um incremento médio anual do produto de 2,7%. Parte desse diferencial deveu-se à performance da atividade de transformação industrial, cuja expansão do Valor Agregado Bruto (VAB) proporcionou, entre 1996 e 2002, uma ampliação da participação relativa do estado no VAB da indústria de transformação no Brasil de 3,5% para 5,0%, o maior índice até então registrado.

Esse expressivo incremento implicou um aumento notável da participação da indústria de transformação no PIB estadual, que passou de 20,1%, em 1996, para 27,9%, seis anos mais tarde. Dados preliminares apontam um percentual de participação da ordem de 35,0% em 2004, quando o PIB baiano cresceu a uma taxa de 8,5%, contra um incremento de 5,2% desse agregado em nível nacional. Assim, a atividade de transformação industrial assume uma posição nunca antes ocupada na economia estadual², ao tempo em que atravessa um processo de reestruturação intenso e significativo.

O presente trabalho tem como principal objetivo identificar e analisar mudanças recentes na estrutura da indústria de transformação na Bahia. Embora não se tenha pretendido realizar um estudo exaustivo acerca dos movimentos estruturais observados, espera-se chamar a atenção para alguns fatos e tendências importantes para caracterizar a trajetória baiana a partir de meados da década de 1990, utilizando como referência a dinâmica de evolução da indústria de transformação no Brasil e em unidades da Federação selecionadas. Procura-se, na medida do possível, elucidar fatos ou levantar hipóteses explicativas para o comportamento verificado em alguns segmentos industriais, lançando mão de informações referentes às estratégias de atração de indústrias implementadas pelo setor público na Bahia e aos investimentos realizados ao longo do período.

O artigo estrutura-se em quatro seções, além da presente introdução. Na primeira delas, traça-se um panorama sintético da atividade de transformação industrial na Bahia, buscando-se verificar o processo de consolidação da estrutura vigente em meados dos anos 1990. Na seção subsequente, procura-se apresentar e analisar as principais transformações estruturais ocorridas no período 1996/2002, complementando o quadro descrito com algumas informações e inferências acerca dos principais movimentos observados a partir de então. A quarta seção do trabalho compara a trajetória recente da indústria de transformação da Bahia com o padrão observado no conjunto da região Nordeste e em alguns estados desse território. Na quinta seção, por fim, sistematizam-se as principais conclusões do trabalho.

O processo de consolidação da atividade de transformação industrial na Bahia

² O recorde de participação relativa da indústria de transformação no PIB da Bahia era de 26,9%, em 1984.

A indústria de transformação baiana apresenta-se ainda concentrada em torno de segmentos marcados por processos produtivos intensivos em capital, especializados na fabricação de bens intermediários, destinados, em grande medida, a abastecer os mercados das regiões mais dinâmicas do país. Essa configuração decorre da trajetória seguida pela indústria estadual, desencadeada, ainda na década de 1950, pela implantação da Refinaria Landulpho Alves (RLAM) na Região Metropolitana de Salvador (RMS).

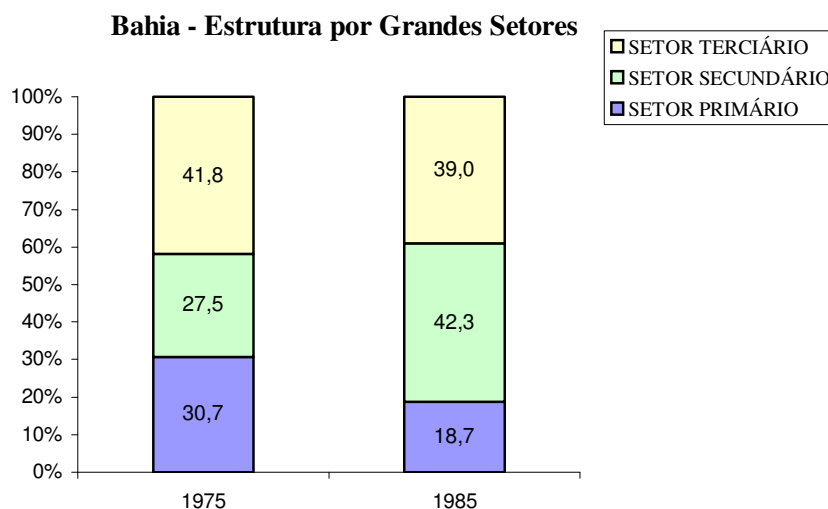
Nos anos 1960, o estabelecimento de unidades produtoras no Centro Industrial de Aratu (CIA), também na RMS, estimulava o processo de expansão da atividade industrial no estado e fortalecia a rede de infra-estrutura disponível nas imediações de Salvador. Em 1971, o Governo Federal definiu, a partir de estudos de viabilidade previamente realizados, a localização do segundo pólo petroquímico do Brasil, a ser implantado em Camaçari, município próximo à capital do estado. Além das condições técnicas existentes na Bahia (que dispunha da maior produção nacional de petróleo e da primeira refinaria da Petrobrás instalada no país), os objetivos de redução das disparidades regionais influenciaram essa decisão (TEIXEIRA; GUERRA, 2000, p. 90), que se apoiava também em estudos desenvolvidos no âmbito do sistema de planejamento estadual e em fortes pressões políticas exercidas a partir do final dos anos 1960 (EVANS, 1986). Em 1980, foi criada a Mineração Caraíba, que deu início à produção de concentrado de cobre na Bahia. Dois anos mais tarde, entrou efetivamente em operação a metalurgia Caraíba Metais, localizada na área do pólo petroquímico de Camaçari.

A implantação do complexo petroquímico e de um parque sidero-metalúrgico alterou definitivamente o perfil da economia baiana, evidenciando o seu caráter complementar à dinâmica das áreas centrais do país, no âmbito de um modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações, e consolidando o papel exercido pela atividade industrial no estado. Entre 1975 e 1985, a participação do setor industrial³ no PIB da Bahia ampliou-se de 27,5% para 42,3% (Gráfico 1), refletindo, sobretudo, a implantação e maturação dos investimentos de base petroquímica e o início das operações da Caraíba Metais⁴.

³ O setor industrial inclui, além da indústria de transformação, a atividade de construção civil e o segmento extrativo mineral.

⁴ Conforme evidenciam Guerra e Gonzalez (1996, p. 42), a participação do setor metalúrgico no VAB da indústria de transformação da Bahia elevou-se de 5,8%, em 1982, para 8,6%, em 1983, em função do início das operações da Caraíba Metais.

Gráfico 1



Fonte: SEI. Extraído de <http://www.sei.ba.gov.br/pib/estadual/xls/t255.xls>. Acesso em 18 de abril de 2005. Elaboração própria.

O segmento de transformação, articulado aos requisitos e às tendências ditadas pelo parque industrial de bens finais instalado majoritariamente na região Sudeste, firmou-se, nesse mesmo período, como o carro-chefe da economia estadual, ampliando a sua participação no PIB de 14,7%, em 1975, para 25,5%, em 1985. É importante registrar a forte concentração setorial decorrente do modelo de desenvolvimento industrial adotado, que privilegiava investimentos de grande porte, estimulados pela ação estatal em vários níveis. As atividades *Química* e *Metalúrgica*, por exemplo, representavam, em 1985, respectivamente, 54,2% e 10,1% da estrutura da indústria de transformação, conforme ilustra o Gráfico 3.

Estima-se que a RMS, por sua vez, tenha expandido significativamente a sua participação na economia baiana entre 1975 e 1985, o que pode ser atribuído, sobretudo, ao estrondoso crescimento observado em Camaçari a partir do início das operações do pólo petroquímico (CAVALCANTE, 2004, p. 143-144). Convém ressaltar que, se por um lado, a concentração da base produtiva industrial nas imediações de Salvador sustenta uma estrutura territorialmente desequilibrada, por outro apresenta certa funcionalidade, considerando-se a histórica limitação de recursos e o custo de oportunidade de sua aplicação. De fato, a existência de uma área industrial mais densa, dotada de melhor infra-estrutura física e marcada pela possibilidade de estabelecimento de vínculos interindustriais passíveis de impulsionar novos empreendimentos, gerou externalidades e economias de aglomeração, criando condições para a realização de investimentos que provavelmente não se concretizariam sob outras condições (UDERMAN; MENEZES, 1998, p. 729).

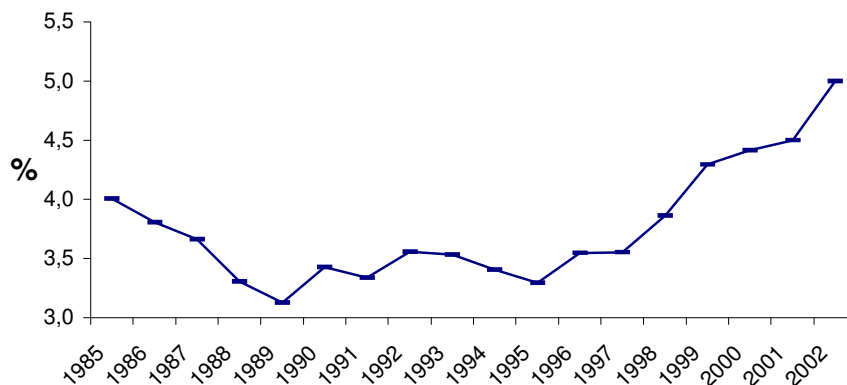
Embora a maturação dos investimentos iniciados ainda na década de 1970 tenha conseguido sustentar, na primeira metade dos anos 1980, índices de expansão satisfatórios na Bahia, o agravamento das condições macroeconômicas e os reflexos da política restritiva implementada em nível federal não tardaram a se fazer notar. O período que compreende a década de 1980 e se estende até meados dos anos 1990, de fato, foi profundamente marcado pela desaceleração econômica provocada pelo segundo choque do petróleo, pela crise da dívida externa brasileira e pelas dificuldades enfrentadas no que se refere ao controle inflacionário e ao ajuste fiscal. Nesse

contexto, as preocupações federais com as desigualdades regionais foram relegadas a segundo plano, ao tempo em que o foco da atuação do Estado se deslocou, subordinando os planos de desenvolvimento e os esforços de industrialização aos objetivos mais imediatos de estabilização de preços e ajuste das contas públicas. Isso resultou, ao longo do tempo, na deterioração das ferramentas de política industrial e das instituições de desenvolvimento regional existentes, debilitando as estruturas e as ações de planejamento e estímulo ao crescimento econômico⁵.

A partir do início da década de 1990, a súbita exposição à competição externa, num período marcado por condições macroeconômicas desfavoráveis e pelo enfraquecimento dos mecanismos federais de estímulo ao desenvolvimento regional, evidenciou as fragilidades da indústria de transformação baiana (especialmente da indústria petroquímica estadual), caracterizada por uma reduzida escala empresarial e produtiva em relação aos padrões internacionais (CAVALCANTE, 1998, p. 146). Segundo dados da SEI, enquanto no período 1975/85 a indústria de transformação da Bahia cresceu a uma taxa acumulada de 210,4%, equivalente a um incremento médio anual da ordem de 12,0%, entre 1985 e 1995 acumulou uma expansão de 15,3%, que corresponde a um aumento médio anual de apenas 1,4%. Assim, a participação relativa da Bahia no VAB da indústria de transformação brasileira, que havia alcançado o patamar de 4,0% em 1985, passou, no intervalo de uma década, para 3,3%, tendo atingido o seu nível mais baixo, equivalente a 3,1%, em 1989, conforme evidencia o Gráfico 2.

Gráfico 2

Participação da Bahia no VAB da Indústria de Transformação do Brasil



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil, microdados. Extraído de http://www.sei.ba.gov.br/pib/nacional/xls/part_regioes_estado.xls. Acesso em 15 de abril de 2005. Elaboração própria.

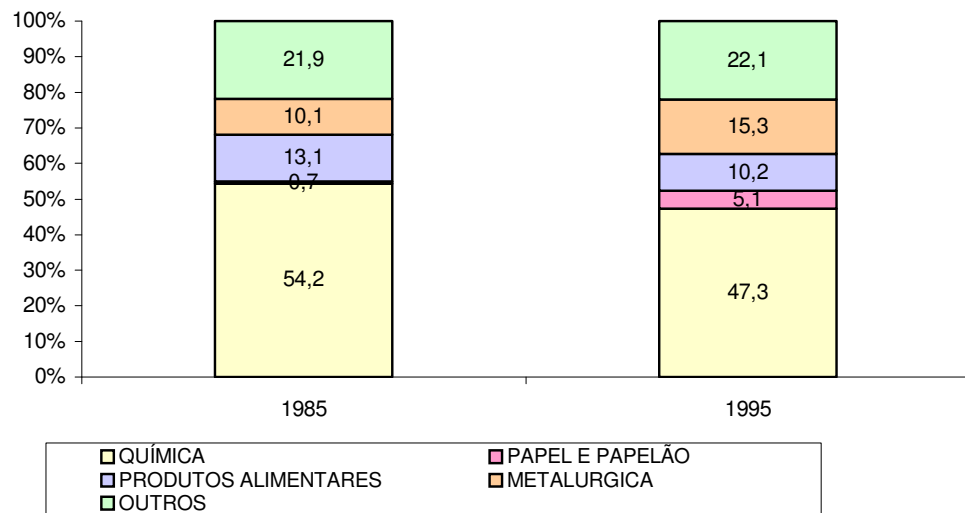
A estrutura da indústria de transformação estadual, no período que se estende até meados da década de 1990, sofreu alterações pouco significativas, mantendo uma forte tendência à

⁵ A tendência ao abandono do uso sistemático de políticas industriais pró-ativas foi também respaldada, no final dos anos 1980, pela disseminação do ideário neoliberal, preconizado no chamado Consenso de Washington. Em síntese, defendia-se fortemente a disciplina fiscal, a reorientação dos gastos públicos, a abertura produtiva, comercial e financeira, a privatização e a desregulamentação da economia (BAER, 2004, p. 746).

concentração setorial e espacial. Contrapõe-se a esta tendência a expansão da atividade de produção de *Papel e Papelão* na região Extremo Sul da Bahia, que passou a representar, em 1995, 5,1% da estrutura da indústria de transformação do estado (Gráfico 3). Essa alteração, todavia, não modifica o fato de que os segmentos *Químico* e *Metalúrgico*, em conjunto, continuavam a deter um percentual de participação na estrutura da indústria de transformação superior a 60%, localizando a imensa maioria das suas plantas produtivas na RMS. Além disso, os impactos da expansão da indústria de celulose apresentam um caráter relativamente limitado, pela natureza de enclave desse tipo de empreendimento, que proporciona um reduzido grau de articulação e difusão local.

Gráfico 3

Bahia - Estrutura da Indústria de Transformação



Fonte: SEI. Extraído de http://www.sei.ba.gov.br/pib/nacional/xls/part_regioes_estado.xls. Acesso em 15 de abril de 2005. Elaboração própria.

A partir da retomada dos investimentos ocorrida logo após o processo de estabilização deflagrado em 1994⁶, instalou-se uma disputa pela atração de capitais baseada na concessão de incentivos, especialmente de cunho fiscal, que marcou as intervenções das instâncias estaduais em favor do desenvolvimento da indústria durante boa parte dos anos 1990⁷. Com efeito, observou-se, ao longo dessa década, uma ação tenaz das instâncias subnacionais com vistas à atração de investimentos, que, em alguns casos, interferiu decisivamente em suas trajetórias de desenvolvimento (TENDLER, 2002; ROCHA, 2004). A estabilização monetária, aliada ao

⁶ Conforme Menezes (2001, p. 35), “a conjugação de elementos como a estabilização da inflação, a retomada dos canais de financiamento externo, a abertura e a privatização são as características básicas desse ciclo de investimentos”.

⁷ “No Brasil, a utilização de isenções, reduções e diferimentos tributários pelos estados subnacionais como forma de atrair investimentos e alavancar a industrialização remonta no mínimo à década de 60 (...). Contudo, elas passaram a ter presença mais tímida no cenário nacional nos anos 70 e 80 (...) na década de 90, principalmente a partir de 1993/94, elas reaparecem de forma intensa, causando grande polêmica no País”. (ROCHA, 2004, p. 21-22).

crescente questionamento das políticas recomendadas pelo Consenso de Washington (FIORI, 2002), abriu também espaço para que a atividade de planejamento e a intervenção estatal retomassem gradativamente a sua importância no país.

A Bahia, utilizando-se intensamente dos mecanismos fiscais de atração de investimentos industriais, ingressou, a partir de meados da década de 1990, numa fase marcada por um acelerado crescimento da atividade de transformação, que repercutiu no aumento da participação estadual no VAB desse segmento computado para o Brasil, conforme evidencia o Gráfico 2. Segundo Menezes (2001a, p. 59), a implementação dessa estratégia foi possível graças aos esforços de saneamento fiscal e financeiro do Estado, decorrentes de medidas instituídas desde o início da década de 1990. Além disso, o autor credita também o sucesso da política de atração de investimentos industriais da Bahia – num contexto de acirrada disputa fiscal por novos projetos produtivos – à sua posição geográfica, estrategicamente localizada entre os mercados do Nordeste e do Sudeste do país, às expectativas de crescimento do mercado nordestino, propiciadas pela interrupção do processo inflacionário, e à existência de uma base produtiva anteriormente instalada na RMS. Em alguns casos específicos, pode-se também acrescentar, a esse elenco de fatores favoráveis à expansão da indústria estadual, a existência de um sistema portuário capaz de respaldar uma estratégia empresarial que envolva o acesso a mercados internacionais.

Assim, além das ações públicas implementadas e do ambiente macroeconômico e institucional vigente, elementos provenientes da própria base econômica estadual, caracterizada pela existência de um parque industrial consolidado, envolto numa rede de infra-estrutura relativamente densa e qualificada na RMS, justificam a expansão industrial observada na Bahia a partir de 1996. No bojo dessa expansão, observa-se um importante movimento de reestruturação produtiva, que merece ser analisado com maior rigor, não apenas pelos resultados até aqui percebidos, mas também pelas tendências e perspectivas que já se fazem antever.

Transformações recentes na estrutura da indústria de transformação da Bahia

Pretende-se, nesta seção, descrever e analisar a dinâmica da indústria de transformação da Bahia entre 1996 e 2002, buscando identificar alterações na estrutura desse segmento e prover explicações para os principais movimentos observados. Respeitadas as limitações do trabalho, procurou-se também traçar um breve panorama das perspectivas setoriais de curto prazo, com base nas informações referentes aos investimentos previstos para o próximo quinquênio. O quadro de evolução foi montado com base nos dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁸, sistematizados na publicação *A Estrutura da Indústria de Transformação Brasileira*⁹, e em informações divulgadas pela SEI. A disponibilidade de dados dessas fontes explica o período de análise definido, assim como as variáveis trabalhadas e as unidades da Federação consideradas. A fim de enriquecer a apreciação, buscaram-se informações complementares que permitiram justificar certas inferências ou estabelecer parâmetros de comparação úteis e consistentes. Referências a essas

⁸ A PIA contém informações de empresas industriais com cinco ou mais empregados. O período escolhido é limitado pela disponibilidade de dados. Pesquisas anteriores a 1996 utilizam diferentes sistemas de amostragem, além de uma classificação setorial distinta, e pesquisas posteriores a 2002 ainda não estão disponíveis (IBGE, 2004; ROCHA, 2003).

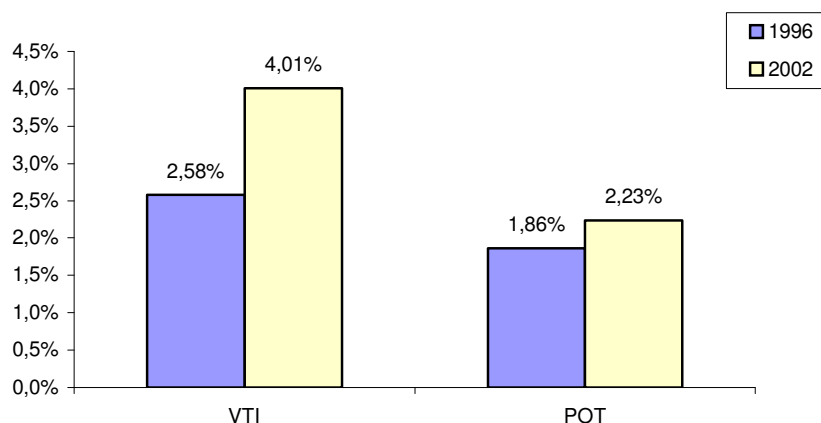
⁹ Sistema FIEB (2005). Como não foi possível obter as planilhas que deram origem à publicação, foi necessário digitar o conjunto de dados aí apresentados. A autora agradece a Iuri Vilas Boas Leal Botelho pelo apoio nesse trabalho.

fontes serão feitas, ao longo do texto, sempre que se fizer necessário esclarecer a origem das informações utilizadas.

No intervalo compreendido entre 1996 e 2002, a indústria de transformação baiana cresceu a taxas bastante superiores às registradas para a indústria de transformação nacional, contribuindo de forma relativamente mais intensa para a agregação de valor e a geração de postos de trabalho. As participações da Bahia no Valor da Transformação Industrial (VTI)¹⁰ e no Pessoal Ocupado Total (POT) do Brasil, ao longo desse período, aumentaram, respectivamente, de 2,6% para 4,0% e de 1,9% para 2,2%, conforme demonstra o Gráfico 4.

Gráfico 4

**Participação da Bahia no VTI e POT do Brasil
1996 e 2002**



Fonte: Sistema FIEB (2005). Elaboração própria.

Algumas atividades apresentam taxas de expansão do seu VTI, no território baiano, particularmente significativas, a exemplo da *Automobilística; Couros e Calçados; Coque, Refino de Petróleo e Produção de Álcool; Equipamentos de Informática; Móveis; Celulose e Papel.*

¹⁰ O VTI diferencia-se do VAB pela sua natureza restrita às grandezas operacionais da atividade industrial, excluindo-se os custos e receitas financeiras e administrativas. Não obstante, pode ser tomado como uma *Proxy* do VAB das atividades industriais (ANP, 2004, p. 5-6). Consulta ao IBGE visando obter maiores informações acerca das diferenças entre essas duas variáveis obteve a seguinte resposta: “Usualmente as Contas Nacionais trabalham com o conceito de Valor Agregado, que daria a medida de quanto determinado setor adicionou à riqueza nacional. A indústria, desse modo, adicionaria valores vindos da produção industrial propriamente dita, mas também de outras tidas como secundárias (comércio, serviços, construção etc.). Essa dimensão ampliada da contribuição setorial é captada no conceito de Valor Agregado. A mesma idéia, contudo, foi adaptada para as estatísticas primárias. Nesse sentido, estabeleceu-se uma medida da contribuição à produção nacional estritamente industrial, ou seja, quanto a indústria, na sua produção principal, adiciona à riqueza. Surgiu daí o VTI (as entradas: faturamento e estoques bem como as saídas: custos da matéria-prima, gastos com energia etc, que dizem respeito apenas à produção industrial). É possível também, usando as pesquisas primárias calcular um conceito mais próximo ainda ao de Contas, que poderia ser o de valor agregado bruto. Em tese, nesse conceito entrariam todas as variáveis consideradas na ótica das Contas Nacionais (a produção principal e a secundária, portanto), mas, ainda assim, esse valor não seria exatamente igual ao das Contas, que considera também uma mensuração do setor informal além de fazer tratamentos na variação de estoques”.

Outras chamam a atenção pela sua contribuição, em termos absolutos, ao aumento da geração de VTI registrada na Bahia entre 1996 e 2002, como *Coque, Refino de Petróleo e Produção de Álcool, Química, Celulose e Papel, Alimentos e Bebidas e Metalurgia Básica*¹¹.

De todos os segmentos observados, o de *Coque, Refino de Petróleo e Produção de Álcool* é o que desperta maior curiosidade, pois aumenta o seu VTI de R\$ 415,7 milhões para R\$ 3,5 bilhões, entre 1996 e 2002, contribuindo com um VTI suplementar de R\$ 3,1 milhões – 36,3% dos R\$ 8,6 milhões adicionais gerados pela indústria de transformação baiana no período¹². Com esse desempenho, o segmento alcança 28,1% de participação relativa no VTI da Bahia no último ano tratado, superando a marca alcançada pela indústria Química, responsável por 25,9% do VTI estadual em 2002. Utilizando dados complementares, divulgados pelo IBGE (Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física), verifica-se que a atividade de *Refino de Petróleo e Álcool* na Bahia cresce, de fato, muito significativamente. Entre janeiro de 1996 e dezembro de 2002, o índice relativo à produção física dessa atividade, no estado, passa de 56,41 para 100,23¹³.

Esse incremento, contudo, não parece ser suficiente para explicar a expansão do VTI observada. De acordo com estudo da Agência Nacional do Petróleo (2004), o crescimento no valor do segmento *Refino*, no Brasil, justifica-se não apenas pelo aumento da produção de derivados de petróleo, mas também pela estratégia de refino da Petrobrás, que envolve a produção de bens mais nobres e especiais, capazes de ampliar a oferta de derivados com alto valor agregado¹⁴. Estudos desenvolvidos pelo Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia da Universidade Estadual de Campinas (2004), por sua vez, revelam que o segmento *Fabricação de Coque, Refino de Petróleo e Elaboração de Combustíveis*, que apresenta no Brasil, entre 1996 e 2001, crescimento de 44% no VTI, exibe, no mesmo período, ganhos de produtividade da ordem de 166%. Essa informação é sustentada pelos dados da PIA referentes ao país, que evidenciam que, a despeito de ter triplicado o seu VTI entre 1996 e 2001, a atividade de *Coque, Refino de Petróleo e Produção de Álcool* reduz em cerca de 45% o seu POT no mesmo período. Assim, incrementos de produtividade e aumentos no volume de produção de bens de maior valor agregado são elementos que contribuem para esclarecer o salto no VTI registrado por esse segmento, além, é claro, das variações de preços ocorridas¹⁵.

Todavia, parece que os fatores explicativos elencados para o aumento no VTI do segmento verificado no Brasil são ainda mais contundentes no caso da Bahia, em função, sobretudo, da

¹¹ É preciso ter cautela com esse tipo de comparação, uma vez que se trabalha com valores correntes e os efeitos setoriais da inflação não são homogêneos. Ainda assim, as taxas de evolução e o incremento dos valores gerados permitem observar, em grandes números, a relevância da expansão de determinadas atividades no conjunto da indústria de transformação da Bahia. A identificação de índices de preços apropriados para a correção dos valores de cada segmento industrial e sua aplicação à série de valores correntes trabalhada extrapola o escopo deste trabalho, devendo constituir-se em objeto de futuras pesquisas.

¹² Mais uma vez, chama-se a atenção para as falhas derivadas desse tipo de comparação, que serve tão somente para fornecer uma idéia geral da relevância de determinadas atividades para explicar o comportamento das estatísticas referentes à indústria de transformação na Bahia (ver nota 11).

¹³ Dado disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?z=t&o=8&i=P> Acesso em 28/03/2005.

¹⁴ De todo modo, não se pode menosprezar o magnífico crescimento da produção de petróleo no Brasil, que, segundo a ANP, foi da ordem de 85,9% entre 1996 e 2002 (NASSIF; PUGA, 2004, p. 9).

¹⁵ Segundo a ANP (2004, p. 3), “a evolução do preço de petróleo no mercado internacional, o aumento de produção de petróleo e gás natural no território nacional e a maior agregação de valor aos produtos de refino têm sido a causa dessa tendência de crescimento da participação do setor de petróleo no PIB brasileiro”.

presença da RLAM em território estadual e do aumento recente da sua capacidade de refino¹⁶. A atividade de *Fabricação de Coque, Refino de Petróleo e Elaboração de Combustíveis*, portanto, caracteriza-se, no estado, por uma operação relativamente mais intensiva em capital e pela fabricação de bens de maior valor agregado. Isso é claramente demonstrado pelas tabelas 1 e 2, que apresentam a relação VTI/POT desse segmento na Bahia e no Brasil, nos anos de 1996 e 2002, e a participação da Bahia no VTI e no POT setorial do país nesses mesmos anos.

Tabela 1
Coque, Refino de Petróleo e Produção de Álcool
Relação VTI/POT (em R\$ mil)¹⁷

Anos	Bahia	Brasil
1996	101,87	70,53
2002	1.091,49	444,13

Fonte: Sistema FIEB (2005). Elaboração própria.

Tabela 2
Coque, Refino de Petróleo e Produção de Álcool
VTI e POT Bahia/Brasil

Anos	VTI	POT
1996	4,54%	3,14%
2002	10,96%	4,46%

Fonte: Sistema FIEB (2005). Elaboração própria.

Cabe ressaltar que os grandes investimentos realizados pela Petrobrás na RLAM, durante o período em análise, contribuíram fortemente para a trajetória descrita. Em 1997, foi concluída a ampliação da Unidade de Destilação Atmosférica e a Vácuo U-32, que elevou a sua capacidade de refino de 120 mil para 307 mil barris/dia, como resultado de investimentos da ordem de US\$ 530 milhões. Além disso, a construção da Unidade de Craqueamento Catalítico Fluido para Resíduos de Vácuo e Gasóleo U-39 repercutiu num incremento também muito significativo da capacidade de produção de gasolina da refinaria¹⁸.

Para os demais setores em evidência, o desempenho positivo registrado pode ser associado, muitas vezes, aos programas de atração de investimentos do governo estadual, que apoiaram, por

¹⁶ A RLAM, segunda maior refinaria do país, tem capacidade de processamento superior a 307 mil barris de petróleo por dia. Possui 26 unidades de refino e produz 38 derivados, abastecendo as regiões norte e nordeste do país. (http://www.bahiainvest.com.br/port/noticias/ultimas.asp?cd_noticia=718). Acesso em 18/04/2005.

¹⁷ Os dados ilustram as diferenças existentes entre a relação VTI/POT registradas na Bahia e no Brasil e indicam uma elevação dos índices de produtividade do segmento na Bahia superior à média nacional. Há que se considerar, contudo, os efeitos da inflação acumulada no período, uma vez que se trabalha com valores não corrigidos. Para se ter uma idéia da magnitude desse impacto, o Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI) acumulado entre 1996 e 2002 foi de cerca de 120%. Além disso, o indicador capta o valor da transformação por trabalhador, mas não considera o fato de que o número de horas trabalhadas pode variar no tempo.

¹⁸ Informações disponíveis em http://www.petroequimica.com.br/edicoes/ed_222/ed_222.html. Acesso em 18/04/2005.

exemplo, a implantação da montadora Ford e empresas sistemistas em Camaçari e a vinda de unidades do complexo calçadista e do pólo de informática de Ilhéus para a Bahia¹⁹. É possível identificar, ainda, importantes investimentos na implantação ou ampliação de plantas produtivas que justificam a variação positiva observada no valor da produção industrial.

Os investimentos recentes voltados para a ampliação da produção de celulose, ocorridos no Extremo Sul do estado, explicam, pela sua magnitude, grande parte do expressivo incremento observado no VTI desse segmento. A Bahia, que representava, em 1996, 3,1% do VTI da atividade de produção de *Celulose e Papel* no Brasil, aumenta sua participação relativa no total nacional, em 2002, para 5,8%. Dentre os projetos de maior proeminência, destacam-se os da Bahia Sul Celulose, empresa controlada pelo grupo Suzano. No caso da indústria *Química*, previa-se, em 1997, a realização de US\$ 3,2 bilhões em investimentos até o ano de 2004, correspondentes a 34,2% do total de inversões então programadas (aí estão incluídos os dados referentes aos investimentos da Petrobrás na atividade de transformação)²⁰. Embora não se tenha um levantamento completo do conjunto de investimentos efetivamente implementados no período 1996/2002, estima-se que, entre 2000 e 2003, ao menos R\$ 2,4 bilhões tenham sido aplicados nesse segmento na Bahia²¹. O grande destaque fica por conta do investimento da Monsanto, superior a US\$ 350 milhões²².

A atividade de produção de *Alimentos e Bebidas*, por sua vez, contava com previsões de investimentos relativas ao período 1997/2004 da ordem de US\$ 524 milhões, equivalentes a 5,6% do conjunto de investimentos industriais anunciados à época. Calcula-se que tenham sido investidos nesse segmento pelo menos de R\$ 412 milhões entre 2000 e 2003, cerca de 60% dos quais concentrados em três grandes empreendimentos: a implantação do Moinho Dias Branco, na RMS, a instalação da unidade industrial da Avipal, em Feira de Santana, e a ampliação da fábrica da Bunge, no município de Luis Eduardo Magalhães²³. A Metalurgia Básica, atividade que representava, em 2002, 10,5% do VTI estadual, foi impulsionada, ao longo desse período, pelos investimentos de ampliação da Caraíba Metais, que aumentou, a partir do ano de 1998, a capacidade de produção da sua planta de 175 mil t/ano para 202 mil t/ano, tendo mais uma vez ampliado a sua capacidade instalada em 2000, quando atingiu o patamar de 220 mil t/ano (REIS, 2004, p. 31)²⁴.

No caso do segmento moveleiro, por outro lado, embora a taxa de incremento do VTI registrado seja bastante expressiva, a sua evolução, em termos absolutos, não chega a exercer impacto digno de nota na geração adicional de valor na indústria de transformação da Bahia entre 1996 e 2002. Assim, além da participação relativa do segmento moveleiro no VTI estadual ser pouco

¹⁹ O processo de expansão e reestruturação da economia baiana em curso tem sido orientado por diretrizes de política industrial voltadas para a ampliação e diversificação da base produtiva e para o estímulo à produção de bens de consumo final, ancoradas numa intensa disputa fiscal pela atração de novos investimentos.

²⁰ Salvo quando indicada outra fonte, as informações complementares referentes aos investimentos industriais previstos e realizados foram extraídas de Uderman e Menezes (1998), Uderman (2000) e das planilhas que deram origem à publicação Bahia. Secretaria de Planejamento (2005).

²¹ Também nesses valores estão incluídas as inversões da Petrobrás na ampliação/modernização da RLAM.

²² Para uma análise da situação da cadeia Química/Petroquímica na Bahia em 2002, ver Teixeira e Guerra (2002, p. 168-178).

²³ Esse valor não reflete a totalidade dos investimentos realizados no segmento de *Alimentos e Bebidas* na Bahia ao longo do período, mas as aplicações dos 24 projetos realizados, dentre os 50 previstos no levantamento realizado para o intervalo 2000-2003 por Uderman (2000).

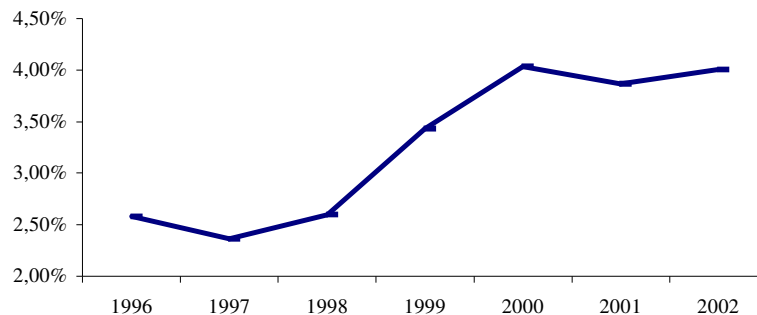
²⁴ Já foram iniciados estudos para subsidiar novos incrementos na capacidade de produção de cobre eletrolítico na Bahia. Estima-se que, em 2008, a Caraíba Metais esteja operando à capacidade de 350 mil t/ano (REIS, 2004, p. 29).

representativa (apenas 0,9% em 2002), a sua participação no VTI adicional produzido entre os anos de 1996 e 2002 é também muito pequena. Ainda assim, a participação da Bahia no VTI do segmento moveleiro nacional amplia-se de 0,6%, em 1996, para 1,7%, no ano de 2002.

Vale notar que, com exceção dos segmentos *Minerais não-Metálicos*, *Produtos de Madeira*, *Máquinas e Equipamentos* e *Edição e Gráfica*, todas as demais atividades de transformação existentes na Bahia exibiram taxas acumuladas de expansão do VTI superiores às registradas para o conjunto do país. A diferença entre os VTIs gerados na Bahia em 1996 e 2002 equivale a 5,4% da variação calculada para o conjunto do Brasil, o que eleva a participação relativa da Bahia, no VTI do Brasil, de 2,6%, em 1996, para 4,0%, seis anos mais tarde (Gráfico 5).

Gráfico 5

Participação da Bahia no VTI do Brasil



Fonte: Sistema FIEB (2005). Elaboração própria.

Os movimentos descritos respaldam as modificações observadas na estrutura da indústria de transformação da Bahia ao longo do período. Conforme evidencia a Tabela 3, o segmento de *Coque, Refino de Petróleo e Produção de Álcool* aumenta de forma muito expressiva, entre 1996 e 2002, a sua participação relativa no VTI estadual, arrefecendo os impactos relativos de processos de expansão produtiva ocorridos em outras atividades de transformação e encobrindo incrementos setoriais representativos em termos absolutos. Os segmentos *Químico* e de *Metalurgia Básica*, por exemplo, embora reduzam os seus índices de participação na estrutura da indústria de transformação da Bahia, apresentam expansão significativa dos seus VTIs no intervalo de análise. O mesmo ocorre com as atividades de *Celulose e Papel* e *Alimentos e Bebidas*, que exibem incrementos acumulados representativos ao longo da série trabalhada.

Tabela 3
Participação de Segmentos Selecionados no VTI da Bahia
1996 – 2002

Atividades	(Em %)			
	1996	1998	2000	2002
Coque, Ref. Petróleo e Prod. Álcool	10,4	11,4	33,3	28,1
Química	42,6	39,2	24,0	25,9
Alimentos e Bebidas	16,2	14,9	10,5	10,5
Metalurgia Básica	7,7	7,8	7,0	7,7
Celulose e Papel	4,7	6,0	7,8	6,9
Automobilística	0,1	0,1	0,0	4,5
Têxteis	2,0	1,5	1,7	2,4
Borracha e Plásticos	2,8	3,3	1,4	2,2
Couros e Calçados	0,4	0,5	1,6	2,1
Outros	13,0	15,4	12,7	9,7

Fonte: Sistema FIEB (2005). Elaboração própria.

Assim, embora a estrutura industrial permaneça bastante concentrada em algumas poucas atividades de transformação, verifica-se uma ligeira tendência à desconcentração setorial. Enquanto, em 1996, os três principais segmentos (*Coque, Refino de Petróleo e Produção de Álcool; Química; Alimentos e Bebidas*) respondiam, conjuntamente, por 69,3% do VTI da Bahia, em 2002, essas mesmas atividades representavam 64,5% do valor desse agregado. Além disso, observam-se, nesse período, a emergência e consolidação de alguns importantes ramos de produção, que se constituem em sementes de um movimento de reestruturação mais intenso já anunciado.

A atividade de *Celulose e Papel*, que em 2002 já representava 6,9% do VTI da Bahia, deve registrar, nos próximos anos, incrementos de produção bastante expressivos, em função de investimentos anunciados e já em andamento. A fábrica da Bahia Sul Celulose localizada no município de Mucuri, por exemplo, deve alcançar, em 2007, cerca de um milhão de toneladas produzidas, ampliando em quase 50% a capacidade hoje instalada. O empreendimento da Veracel, por sua vez, estimado em R\$ 2,8 bilhões, prevê a construção de uma planta com capacidade de produção de 900 mil toneladas anuais de celulose em Eunápolis²⁵. Além de contribuir para a desconcentração setorial da indústria de transformação estadual, esses empreendimentos têm o mérito de respaldar um processo de desconcentração espacial da economia baiana. Segundo informações da SEI, estimam-se investimentos da ordem de R\$ 11,5 bilhões no segmento de *Celulose e Papel* entre 2005 e 2009, 50% dos quais dirigidos à região Extremo Sul do estado²⁶.

O segmento automobilístico, por sua vez, que já aparece em 2002 com 4,5% do VTI da Bahia, alcança hoje um valor ainda mais expressivo, apresentando perspectivas de continuada expansão

²⁵ Valores de investimentos obtidos junto à SEI e dados de produção disponíveis em <http://www.aracruz.com.br/ra2003/inf_demonstracoes_notas.htm>. Acesso em 29/04/05.

²⁶ Embora os dados, provavelmente, incluam inversões destinadas às áreas florestais e capital de giro, não devem ser menosprezados os impactos na estrutura industrial que advirão da implantação da fábrica da Veracel, em Eunápolis, e da ampliação da planta da Bahia Sul Celulose, em Mucuri. A autora é grata a Roberta Lourenço (SEI) pelo envio da planilha contendo os dados referentes aos investimentos industriais previstos para a Bahia.

(CAVALCANTE; UDERMAN, 2004). Entre 2003 e 2004, a participação dessa atividade no total do VAB da indústria de transformação da Bahia aumentou de 6,5% para 13,3%²⁷. Com base nesses dados, é possível estimar em cerca de 2,1% a participação do segmento automobilístico no PIB baiano em 2003. Em 2004, embora os dados oficiais ainda não estejam disponíveis, espera-se que essa participação supere o patamar de 4,6%. Além disso, as exportações de automóveis já representam aproximadamente 16% do valor das vendas externas da Bahia, contribuindo de forma muito significativa para o crescimento da participação relativa do estado nas exportações brasileiras de bens duráveis.

Ao lado desses impactos diretos no PIB e no valor das exportações, a expansão do segmento automobilístico, decorrente da implantação da montadora Ford e empresas sistemistas em Camaçari, também melhorou as condições de atração de novos investimentos para a Bahia. Importantes projetos, como o de duas grandes empresas produtoras de pneus (Continental do Brasil e Bridgestone/Firestone), além de outros investimentos menores voltados para a produção de suprimentos automotivos, já foram anunciados, devendo contribuir, simultaneamente, para o adensamento da cadeia de produção automotiva e para a diversificação da base produtiva industrial no estado. No total, esperam-se, até 2009, investimentos equivalentes a praticamente R\$ 3 bilhões na produção de pneus e peças e acessórios para veículos automotores na RMS, de acordo com o levantamento realizado pela SEI.

O segmento de *Couros e Calçados*, que amplia a sua participação no VTI da Bahia de 0,6%, em 1996, para 2,1%, em 2002, ancora sua trajetória de expansão na atração de uma série de empreendimentos que, hoje, se distribuem por 27 municípios da Bahia²⁸. Dentre os projetos de maior envergadura, destaca-se a implantação, em 1998, da fábrica da Azaléia em Itapetinga, envolvendo investimentos da ordem de R\$ 120 milhões (ANDRADE; ALEXIM, 2001). Para o período 2005-2009, a SEI estima a implantação de mais 20 projetos de fabricação de artefatos de couro e calçados, cujo valor total praticamente alcança R\$ 150 milhões. É importante destacar que a maior parte dessas fábricas deve localizar-se em municípios fora da RMS, embora também convenha alertar para o fato de que se caracterizam, usualmente, por um grau de mobilidade relativamente elevado, devido aos reduzidos *sunk costs* associados aos investimentos. A filial da empresa Picadilly, instalada no município de Juazeiro no final da década de 1990, por exemplo, desativou a sua produção em 2004, alegando problemas vinculados à logística de distribuição e abastecimento²⁹.

Com relação ao Pessoal Ocupado Total, os grandes destaques, em termos das taxas de crescimento acumulado no período 1996/2002 (acima de 100%), são *Couros e Calçados*; *Automobilística*; *Equipamentos de Informática*; *Materiais Elétricos* e *Têxteis*. Conforme evidencia a tabela 4, é nítida a evidência do complexo calçadista, que empregava, em 1996, 1.305 trabalhadores, passando a ocupar, em 2002, 14.299 pessoas, como reflexo dos investimentos realizados no estado e devido ao fato de ser um segmento intensivo no fator de produção trabalho. É interessante notar que a participação da Bahia no POT setorial do Brasil, no período em análise, passa de 0,5% para 3,8%³⁰.

²⁷ A autora agradece a Gustavo Pessoti (SEI), que tornou acessíveis informações recentes, não disponíveis na *webpage* da SEI.

²⁸ http://www.bahiainvest.com.br/port/segmentos/calcadista_regioes_potenciais.asp?pai=3c. Acesso em 25/04/2005.

²⁹ http://www.fabricadecalçados.com.br/espanol/sinjun04/sinopse240604_04.htm. Acesso em 25/05/2005.

³⁰ No Ceará, esse índice passa de 4,0% para 10,8%, como reflexo dos 30.227 novos postos de trabalho criados no segmento de *Couros e Calçados* entre 1996 e 2002.

No caso do segmento de *Informática*, estima-se que apenas quatro projetos respondam por 86% dos 701 empregos adicionais criados no período (Semp Toshiba, na RMS, e Linear, Novadata e Waytec, em Ilhéus). A atividade *Automobilística*, conforme já mencionado, foi marcada pelo início das operações do Complexo Automotivo Ford, enquanto a *Têxtil* beneficiou-se sobretudo dos investimentos realizados pela Itabuna Têxtil, indústria de meias e lingerie responsável pela geração de mais de 2.000 postos de trabalho em Itabuna. No segmento de *Materiais Elétricos*, que inclui a fabricação de material elétrico para veículos, o incremento do POT seguramente reflete os impactos positivos da montagem do complexo automotivo na RMS.

Tabela 4

Bahia: Taxa de Crescimento POT 2002/1996 – segmentos selecionados

Segmentos	Taxa de Crescimento do POT
Couros e Calçados	995,7%
Automobilística	427,9%
Equip. Informática	217,0%
Materiais Elétricos	190,5%
Têxteis	124,0%
Outros	9,3%
TOTAL	33,2

Fonte: Sistema FIEB (2005). Elaboração própria.

Em valores absolutos, os segmentos que mais expandiram o seu POT entre 1996 e 2002 (acima de 2.000 postos de trabalho adicionais) foram *Couros e Calçados*, *Têxteis*, *Vestuário*, *Automobilística* e *Materiais Elétricos* (Tabela 5). No total, foram absorvidas 30.544 pessoas na atividade de transformação na Bahia no período considerado, o que representa 5,6% do total de empregos adicionais criados nesse setor no Brasil. Em Pernambuco, no mesmo período, o saldo de empregos gerados atingiu 10.059, que equivalem a apenas 1,9% dos postos de trabalho acrescentados à indústria de transformação brasileira. O Ceará, por outro lado, registrou um adicional de 41.477 vagas de emprego, correspondentes a 7,6% da variação de postos de trabalho industriais no Brasil.

Tabela 5
Bahia – Empregos Adicionais Criados
Diferença entre POT 2002 e POT 1996

Segmentos	Número de Empregos	%
Couros e Calçados	12.994	42,5
Têxteis	4.612	15,1
Vestuário	2.841	9,3
Automobilística	2.191	7,2
Materiais elétricos	2.107	6,9
Outros (*)	5.800	19,0
TOTAL	30.544	100,0

(*) O número de empregos gerados encontra-se ligeiramente superestimado, uma vez que se considerou o total de empregados do setor *Mat. Eletrônico e Comunicações* em 1996, protegido pelo sigilo industrial, igual a zero.

Fonte: Sistema FIEB (2005). Elaboração própria.

A elevada absorção de mão-de-obra no complexo calçadista posiciona-o, em 2002, como o segundo maior segmento empregador da indústria de transformação na Bahia (Tabela 6), respondendo por 11,7% dos postos de trabalho existentes. É preciso considerar, todavia, que os segmentos *Têxtil* e *Vestuário*, tratados em conjunto, participam com 13,65% do POT de 2002, colocando-se, dessa maneira, um pouco à frente da atividade de produção de *Couros e Calçados*. As indústrias *Química* e *Alimentos e Bebidas*, apesar de perderem relevância relativa no POT da indústria de transformação estadual entre 1996 e 2002, continuam sendo importantes empregadoras. Essas atividades, contudo, apresentam uma forte tendência à redução da sua participação relativa no POT da indústria de transformação, levando-se em conta que representam, respectivamente, 5,2% e 10,9% da previsão de empregos a serem gerados por novos investimentos industriais no próximo quinquênio. O mesmo vale para o segmento de *Minerais Não-Metálicos*, cuja participação na previsão de novos empregos industriais é de, aproximadamente, 4,3%. Essa situação é oposta à que se observa para o segmento de *Borrachas e Plásticos* que, apesar de representar, em 2002, 4,7% do POT da indústria de transformação da Bahia, responde por cerca de 10,0% do total de empregos a serem criados até 2009³¹.

Tabela 6
Bahia: POT 1996 e 2002 – segmentos selecionados

Atividade	1996		2002	
Alimentos e Bebidas	24.667	26,82%	23.447	19,14%
Couros e Calçados	1.305	1,42%	14.299	11,67%
Química	12.551	13,65%	13.051	10,65%
Minerais Não-Metálicos	6.790	7,38%	8.669	7,08%
Vestuário	5.545	6,03%	8.386	6,85%
Têxteis	3.718	4,04%	8.330	6,80%
Borracha e Plásticos	3.990	4,34%	5.746	4,69%
Outros	33.390	36,31%	40.572	33,12%
TOTAL	91.956	100,00%	122.500	100,00%

³¹ Cálculos feitos com base na planilha de previsão de investimentos industriais elaborada pela SEI.

Fonte: Sistema FIEB (2005). Elaboração própria.

É relevante destacar que a trajetória de crescimento da indústria de transformação na Bahia resultou numa elevação da relação VTI/POT acima da registrada para o conjunto do país, ao longo do período considerado, conforme indica a tabela 7. Assim, apesar do êxito da política de atração de empresas intensivas em mão-de-obra, mantêm-se, no estado, índices de geração de valor por empregado superiores à média nacional³².

Tabela 7
Indústria de Transformação: VTI/POT (em R\$ mil)

Anos	Brasil	Bahia
1996	31,4	43,4
2002	57,1	102,5

Fonte: Sistema FIEB (2005). Elaboração própria.

Contribui para o quadro observado o movimento descrito pela atividade de *Coque, Refino de Petróleo e Produção de Álcool*, dentre todas a que apresenta a mais alta relação VTI/POT em 2002 e a que exibe um maior incremento desse indicador entre 1996 e 2002 – com exceção do segmento *Automobilístico*, cujo desempenho é distorcido pelo processo de implantação de um grande empreendimento e cuja influência é pequena em função da sua reduzida representatividade na matriz industrial do estado no período. As atividades de *Celulose e Papel*, *Metalurgia Básica* e *Química*, que representavam, em 2002, 6,9%, 7,7% e 25,9% do VTI da Bahia, respectivamente, reforçam também esse percurso, elevando os seus índices VTI/POT, durante o intervalo de análise, acima da taxa de incremento registrada para esses segmentos no conjunto do país.

Análise comparativa da trajetória da indústria de transformação da Bahia e do Nordeste

A análise da trajetória recente da indústria de transformação da Bahia pode ser enriquecida se comparada ao padrão de desenvolvimento industrial observado no conjunto da região Nordeste e em alguns estados desse território. Tal comparação permite demarcar de forma clara diferenças e especificidades que caracterizam o processo de evolução da indústria de transformação baiana, ao tempo em que possibilita detalhar alguns pontos relevantes para a compreensão dos principais movimentos e resultados percebidos. Em função de restrições impostas pela base de dados utilizada, as considerações referentes ao conjunto dos estados nordestinos levam em conta o período que se estende de 1999 a 2002 e incluem informações relativas à indústria extrativa mineral.

A Bahia, em 2002, representava 45,8% do VTI do Nordeste, seguida de Pernambuco e Ceará, que, juntos, respondiam por apenas 28,7% desse total. Entre 1999 e 2002, enquanto a Bahia aumentou a sua participação no VTI da região Nordeste de 43,1% para 45,8%, Pernambuco e Ceará reduziram as suas participações, respectivamente, de 15,5% para 14,9% e de 16,6% para

³² Esses resultados refletem os níveis de produtividade industrial, relacionando-se à estrutura produtiva vigente. Mais uma vez, chama-se a atenção para os efeitos da inflação na evolução desses indicadores ao longo do período, uma vez que se trabalha com valores correntes.

13,8%, embora tenham ampliado o seu VTI em 66,4% e 44,1%. A taxa de incremento do VTI gerado na Bahia foi, no período 1999/2002, 84,4%, superior ao resultado auferido para o conjunto do Nordeste (73,6%), mas inferior aos incrementos registrados para os estados do Piauí, Maranhão e Sergipe, que, todavia, representavam apenas 11,1% do VTI nordestino em 2002, partindo de uma base relativamente reduzida em 1999. Vale notar que, com exceção do Ceará e do Rio Grande do Norte, todos os demais estados do Nordeste elevaram a sua participação no VTI brasileiro nesse triênio, uma vez que a taxa de variação do VTI no país foi de 59,1%³³.

No que diz respeito ao POT, a Bahia ampliou a sua participação relativa no conjunto dos estados nordestinos de 18,5% para 19,9%, tendo alcançado uma taxa de incremento de 31,4% no período 1999/2002 e gerado 31.211 vagas adicionais na indústria – 27,8% das quais (8.669 novos empregos) criadas pela atividade de transformação de *Couros e Calçados*. Enquanto isso, o estado de Pernambuco passa de 22,7% para 20,6% do POT Nordestino, embora tenha ampliado o número de pessoas ocupadas na indústria de transformação em 10,7%, equivalente a 13.024 postos de trabalho. Uma vez que 13.082 postos de trabalho foram adicionados à indústria de transformação de Pernambuco no período 1999/2002 pelo segmento de *Alimentos e Bebidas*, conclui-se que, em não se considerando esse segmento, o saldo de geração de empregos na indústria de transformação estadual teria sido negativo ao longo do triênio. No Ceará, que reduz a sua participação no POT do Nordeste de 24,6% para 23,1%, o número de empregados da indústria de transformação amplia-se 14,2%, o que corresponde à criação de 18.838 empregos adicionais – somente no segmento de *Couros e Calçados*, foram criadas, no estado do Ceará, 15.649 novas vagas entre 1999 e 2002.

Para o conjunto do Nordeste, o incremento do POT registrado no período foi de 21,9%, enquanto para o Brasil essa taxa foi de 13,9%. Dentre os estados nordestinos, apenas Pernambuco exibiu uma taxa de expansão do POT inferior à média nacional. Dos 117.991 postos adicionais criados na indústria de transformação do Nordeste entre 1999 e 2002, 26,4% localizaram-se na Bahia, 21,4% em Alagoas, 16,0% no Ceará e 11,0% em Pernambuco. Os outros cinco estados da região respondem por cerca de 25% do saldo de ocupações geradas. Apesar da boa performance verificada, a indústria de transformação baiana continua sendo responsável por um volume de postos de trabalho inferior aos de estados como Ceará e Pernambuco, que apresentam um VTI muito menor que o da indústria baiana, além de níveis populacionais e PIBs também bastante reduzidos quando comparados aos da Bahia.

³³ O efeito das mudanças nos preços relativos afeta as análises referentes à expansão dos valores agregados, devido às diferentes composições estaduais dos segmentos industriais, embora não invalide a relevância do estudo para a aferição das ordens de grandeza dos movimentos analisados.

Tabela 8

Nordeste: VTI, POT, População e PIB – 2002 (*)

Estados	VTI (1)		POT (1)		População (2)		PIB (2)	
	R\$ mil	%		%		%	R\$ mil	%
Ceará	4.037.424	14,00	151.356	23,00	7.430.661	16,00	24.204	13,00
Pernambuco	4.356.499	15,00	135.115	21,00	7.918.344	17,00	36.510	20,00
Bahia	13.417.121	46,00	130.691	20,00	13.070.250	27,00	62.103	34,00
Alagoas	1.472.649	5,00	75.164	11,00	2.822.621	6,00	8.767	5,00
Paraíba	1.241.296	4,00	49.440	8,00	3.443.825	7,00	11.634	6,00
Rio G. Norte	1.545.090	5,00	47.178	7,00	2.776.782	6,00	11.633	6,00
Sergipe	1.544.456	5,00	26.388	4,00	1.784.475	4,00	9.496	5,00
Piauí	559.175	2,00	20.857	3,00	2.843.278	6,00	6.166	3,00
Maranhão	1.133.570	4,00	19.645	3,00	5.651.475	12,00	11.420	6,00
NORDESTE	29.307.280	100,00	655.834	100,00	47.741.711	100,00	181.933	100,00

(*) O dado de população refere-se ao ano de 2002

Fonte: (1) Sistema FIEB (2005).

(2) Ipeadata. Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?786453>. Acesso em 30/05/2005. Elaboração própria.

Uma análise da relação VTI/POT registrada para o conjunto dos segmentos da indústria de transformação nos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, nos anos de 1996 e 2002, permite observar as enormes diferenças existentes nos perfis industriais vigentes nos três principais estados do Nordeste e nos seus respectivos graus de produtividade³⁴. Enquanto Pernambuco e Ceará apresentam índices sempre abaixo dos registrados para o conjunto dos estados do Brasil, a Bahia exibe indicadores bastante superiores à média nacional (Tabela 9). Isso se deve, em grande medida, às diversidades que caracterizam a estrutura da indústria de transformação nesses estados, assim como às especificidades de plantas e processos industriais vinculados a determinados segmentos na Bahia.

Tabela 9

VTI/POT: Brasil, Bahia, Pernambuco e Ceará – 1996 e 2002

(em R\$ mil)

Anos	Brasil	Bahia	Pernambuco	Ceará
1996	31,39	43,45	20,32	16,79
2002	57,13	102,47	32,29	26,72

Fonte: Sistema FIEB (2005). Elaboração própria.

Em Pernambuco, *Alimento e Bebidas*, principal segmento de transformação estadual, representa 35,0% do VTI e 47,5% do POT do estado, apresentando uma relação VTI/POT de 23,8 em 2002. Na Bahia, a relação VTI/POT nesse segmento, em 2002, é de 56,4, enquanto, no Brasil, atinge 51,8. A atividade *Química*, responsável por 14,1% do VTI de Pernambuco, apresenta, por sua vez, uma relação VTI/POT de 71,4 em 2002, bastante inferior à registrada para a Bahia – equivalente a 249,1 –, mais uma vez caracterizada pela presença de empresas maiores e mais intensivas em capital. No Ceará, os principais segmentos industriais (*Couros e Calçados*; *Alimentos e Bebidas*; e *Têxteis*), responsáveis por 22,7%, 21,5% e 17,4% do VTI estadual,

³⁴ Esses dados não incluem a indústria extrativa mineral. A comparação entre os anos de 1996 e 2002 deve ser feita com reservas, uma vez que se trabalha com valores não corrigidos.

apresentam relações VTI/POT de 22,1, 28,4 e 42,8. Enquanto isso, na Bahia, as atividades de transformação industrial mais importantes (*Coque, Refino de Petróleo e Produção de Álcool; Química; e Alimentos e Bebidas*), que representam 28,1%, 25,9% e 10,5% do VTI estadual em 2002, exibem, nesse mesmo ano, relações VTI/POT de 1.091,5; 249,1 e 56,4.

Chama ainda a atenção, na Tabela 9, o significativo aumento observado na relação VTI/POT registrado para a Bahia, sobretudo quando comparado ao incremento verificado no Brasil e nos outros dois estados considerados. Parte desse diferencial, conforme já explicado, deve-se à performance da atividade de refino de petróleo. Todavia, há outros segmentos que contribuem para essa tendência, conforme evidenciado na seção precedente. No geral, pode-se afirmar que a Bahia é um estado cuja base de transformação industrial apresenta-se muito mais intensiva em capital, característica que se tem acentuado ao longo dos últimos anos, a despeito do crescimento de segmentos mais ativos no uso do fator de produção trabalho, como o de *Couro e Calçados*. Assim, o perfil da indústria de transformação da Bahia cada vez mais se afasta do padrão de indústria vigente na região Nordeste e em seus principais estados.

Considerações finais

A indústria de transformação da Bahia ingressou, a partir de meados da década de 1990, numa fase marcada por um acelerado crescimento, que repercutiu no aumento da participação estadual no VAB dessa atividade registrado para o Brasil. Além das ações públicas implementadas e do ambiente macroeconômico e institucional vigente, elementos provenientes da própria base econômica estadual, caracterizada pela existência de uma indústria já consolidada, apoiada por uma rede de infra-estrutura relativamente densa e qualificada na RMS, justificam essa expansão.

No bojo desse movimento, observa-se uma importante reestruturação produtiva, que merece uma análise mais detalhada. Entre 1996 e 2002, a indústria de transformação baiana cresceu a taxas bastante superiores às registradas para a indústria de transformação nacional, contribuindo de forma relativamente mais intensa para a agregação de valor e a geração de postos de trabalho. Além da excelente performance observada no segmento de *Coque, Refino de Petróleo e Produção de Álcool* – que se justifica pela expansão do volume de produção, sobretudo de bens de maior valor agregado, pelos ganhos de produtividade alcançados e pelas variações de preços registradas –, esse desempenho pode ser associado aos esforços de atração de investimentos do governo estadual, que resultaram na implantação de uma série de empreendimentos de relevo em setores como *Automobilístico; Couros e Calçados; Equipamentos de Informática; Celulose e Papel*.

Embora a estrutura industrial da Bahia permaneça ainda bastante concentrada em algumas poucas atividades de transformação, verifica-se uma ligeira tendência à desconcentração setorial. Enquanto, em 1996, os três principais segmentos (*Coque, Refino de Petróleo e Produção de Álcool; Química; Alimentos e Bebidas*) respondiam, conjuntamente, por 69,3% do VTI da Bahia, em 2002, essas mesmas atividades representavam 64,5% do valor desse agregado. Outrossim, observam-se, nesse período, a emergência e consolidação de alguns importantes ramos de atividades, que se constituem em sementes de um movimento de reestruturação mais intenso já anunciado.

Comparando-se a trajetória da Bahia com o padrão de desenvolvimento industrial verificado no conjunto da região Nordeste e em alguns dos seus estados, nos últimos anos, confirmam-se importantes especificidades no processo de evolução da indústria de transformação baiana. Entre 1999 e 2002, a Bahia registrou um aumento da sua participação no VTI e no POT da região Nordeste, embora continue sendo responsável por um volume de postos de trabalho industriais inferior aos de estados como Ceará e Pernambuco, que apresentam um VTI muito menor que o da indústria baiana, além de níveis populacionais e PIBs também bastante reduzidos quando comparados aos da Bahia.

Uma análise da relação VTI/POT registrada para o conjunto dos segmentos da indústria de transformação nos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, nos anos de 1996 e 2002, reafirma as diferenças existentes nos perfis industriais vigentes nesses estados e as especificidades de plantas e processos industriais vinculados a determinados segmentos na Bahia. Enquanto Pernambuco e Ceará apresentam índices que refletem as menores relações “capital/trabalho” de suas plantas produtivas, a Bahia exhibe indicadores elevados, que superam de forma significativa a média nacional. Além disso, a relação VTI/POT tem crescido de forma relativamente mais intensa na Bahia. No geral, pode-se afirmar que a indústria de transformação na Bahia tem acentuado o seu grau de intensidade em capital, a despeito da diversificação setorial em curso e da presença de segmentos mais ativos no uso do fator de produção trabalho.

Referências

- AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. *Estimativa da Contribuição do Setor Petróleo ao Produto Interno Bruto do Brasil – 1997-2002*. Superintendência de Estudos Estratégicos – ANP, Nota Técnica ANP, n. 19, jul. 2004.
- ANDRADE, José Eduardo Pessoa de; ALEXIM, Flávia Menna Barreto. *O caso da Azaléia Nordeste: uma experiência de benefícios sociais gerados em projetos privados*. Rio de Janeiro: BNDES, maio 2001 (Relato Setorial, 4).
- BAER, Werner. Book Reviews. *The World Economy*, v. 27, n. 5, p. 746-749, May 2004.
- BAHIA. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO. *Investimentos industriais na Bahia: uma análise ex post dos projetos previstos para o período 2000-2003 / Secretaria do Planejamento*. Salvador: SEPLAN, 2005. (Série políticas públicas, 8).
- BAHIA. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO/SUPERINTENDÊNCIA de ESTUDOS ECONÔMICOS e SOCIAIS da BAHIA. *Bahia em números*, Salvador, SEI, v. 6, 2005.
- CAVALCANTE, Luiz Ricardo M. T. *Maturidade Tecnológica e Intensidade em Pesquisa e Desenvolvimento: o caso da indústria petroquímica no Brasil*. Salvador: FIEB, 1998.
- CAVALCANTE, Luiz Ricardo M. T. *Crédito e Desenvolvimento Regional: o caso do Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia*. 241 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.
- CAVALCANTE, Luiz Ricardo; UDERMAN, Simone. The Cost of a Structural Change: A Large Automobile Plant in a Brazilian Less Developed Region. In: ANNUAL MEETING OF THE WESTERN REGIONAL SCIENCE ASSOCIATION, 43, 2004, Maui (HW). *Anais...*, Maui: Western Regional Science Association, 2004.
- EVANS, Peter. Generalized Linkages in Industrial Development: a reexamination of basic petrochemicals in Brazil. Generalized Linkages in Industrial Development: a reexamination of basic petrochemicals in Brazil. In: Foxley, A., McPherson M.S. and O'Donnell G. (eds.). *Development, Democracy, and the Art of Trespassing: Essays in Honor of Albert O. Hirschman*. Notre Dame, Indiana: University of Notre Dame Press, 1986, p. 7-26
- FIORI, José Luiz. *O pós-Consenso de Washington*. Disponível em: <http://agenciartamaior.uol.com.br/licoes/materia22.asp>. Acesso em: 08/10/2002.
- GUERRA, Oswaldo Ferreira; GONZALEZ, Paulo Sérgio Hermida. Evolução recente e perspectivas para a economia baiana. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 27, n. 1, p. 37-76, jan./mar. 1996.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Industrial Anual – Empresa*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. (Série Relatórios Metodológicos, v. 26). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/empresas/srmpiaempresa.pdf>. Acesso em: 30/05/2005.
- MENEZES, Vladson. O comportamento recente e os condicionantes da evolução da economia baiana. In: *Tendências da Economia Baiana*. Salvador: Seplanteq, 2001, p. 23-56.
- MENEZES, Vladson. Evolução e alternativas de inserção industrial: uma proposta para a Bahia. *Cadernos de Análise Regional*, UNIFACS, Salvador, ano IV, n. 4, p. 43-69, maio de 2001a.

NASSIF, André; PUGA, Fernando Pimentel. Estrutura e Competitividade da indústria brasileira: O que mudou? *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, p. 3-19, dez./2004.

NÚCLEO DE ECONOMIA INDUSTRIAL E DA TECNOLOGIA. *Boletim NEIT*, n. 3, fev. 2004.

REIS, Roque Luiz Godoy. Aos 25 anos, a Caraíba Metais fará ampliação de capacidade. *Revista Brasil Mineral*, n. 234, Novembro/dezembro de 2004, p. 28-32.

ROCHA, Antônio Glauter Teófilo. *Os Governos Aprendem, as Políticas evoluem: Fatores cognitivos e políticos moldando as políticas industriais da Bahia, do Ceará e de Pernambuco*. 2004. 148 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Departamento de Engenharia Industrial, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

ROCHA, Frederico. *Heterogeneidade estrutural, composição setorial e tamanho de empresa nos anos 90*. Rio de Janeiro, set. 2003. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/gic/pdfs/heterogeneidade_estrutural_composicao_setorial_e_tamanho_de_empresa_nos_anos_90.pdf. Acesso em: 25/05/2005.

SISTEMA FIEB. Superintendência de Desenvolvimento Industrial – SDI. *A estrutura da indústria de transformação brasileira (1985-2002)*. Sistema FIEB. Superintendência de Desenvolvimento Industrial – SDI. Salvador, 2005.

TEIXEIRA, Francisco; GUERRA, Oswaldo. Os 50 anos de industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 10, n. 1, p. 87-98, jul. 2000.

TEIXEIRA, Francisco; GUERRA, Oswaldo. Estratégias para o desenvolvimento da indústria na Região Metropolitana de Salvador. In: AVENA, Armando (Org.). *Bahia Século XXI*. Salvador: Seplantec, Superintendência de Planejamento Estratégico, p. 147-204, 2002.

TENDLER, Judith. *The Economic Wars Between the States*. M.I.T. /Bank of the Northeast research project. Draft. 3 September 2000. (Presented at the OECD/State Government of Ceará international meeting on Foreign Direct Investment in Brazil, 12 December 2002, Fortaleza.)

UDERMAN, Simone. Perspectivas industriais. In: *Tendências da Economia Baiana*. Salvador: Seplantec, p. 93-176, 2000.

UDERMAN, Simone, Planejando o desenvolvimento Industrial: considerações metodológicas sobre a formulação de políticas de intervenção na Bahia. In: AVENA, Armando (Org.). *Bahia Século XXI*. Salvador: Seplantec, Superintendência de Planejamento Estratégico, p. 131-148, 2002.

UDERMAN, Simone; MENEZES, Vladson. Os novos rumos da indústria na Bahia. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 29, n. Especial, p. 715-737, jul. 1998.